

**A MOBILIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DAS GUIANAS
INDIGENOUS MOBILITY IN THE GUIANAS REGION**

Jean Paulo Pinheiro Gomes¹ e Gutemberg de Vilhena Silva²

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – PPG/MDR - UNIFAP. Email: jeanprofhistoria@gmail.com

² Docente na Universidade Federal do Amapá. Email: gutemberg@unifap.br

Resumo

O presente texto trata de discutir acerca da mobilidade indígena na Região das Guianas. Após o estudo de bibliografias e documentos que tratam da presença e mobilidade indígena nos diferentes países que compõem a região citada e dos dados obtidos com o trabalho de campo realizado sobre o trânsito autóctone na fronteira Brasil/Guiana Francesa, se concluiu que a fixação dos países colonizadores e a colocação de fronteiras no território estudado, promoveram importantes mudanças no espraiamento e no cotidiano indígena, particularmente, os inseriu em contextos de diferentes nacionalidades, além do que promoveu o uso do território ancestral de forma contraditória, sem contudo, haver a definição pátria de um ou outro território.

Palavras-Chave: Território, fronteira, mobilidade, povos indígenas.

Abstract

This text deals with indigenous mobility in the Guiana Region. After studying bibliographies and documents that deal with the presence and indigenous mobility in the different countries that make up the place and the data obtained from the fieldwork carried out on the autochthonous transit on the Brazil/French Guiana border, it was concluded that the establishment of the colonizing countries and the placement of borders in the territory of the region studied, promoted important changes in the spread and in the indigenous daily life, particularly the one that placed them in contexts of different nationalities and pushed them to live in the midst of contradictory ways of using the territory of ancestral belonging. However, these conditions did not make them convert to one country or the other.

Keywords: Territory, border, mobility, indigenous peoples.

Introdução

A Região das Guianas figura-se como local de disseminação de uma série de territorialidades e lugar onde o cotidiano indígena foi alvo de intervenções que lhes levaram a interagir com diferentes contextos e nacionalidades. Esse texto examina a mobilidade indígena na Região das Guianas. A pesquisa bibliográfica foi realizada em fontes que tratam da presença e mobilidade indígena pelas fronteiras dos diferentes países que compõem a região estudada, examinou-se, também, documentos como mapas e dados de georeferenciamento e as informações coletadas com a presença do pesquisador nos lugares de habitação

indígena localizados na fronteira Brasil/Guiana Francesa.

Na primeira parte do texto as abordagens se voltam ao trato com os aspectos principais do ambiente de mobilidade indígena na Região das Guianas, como forma de trazer a discussão os pontos centrais do fenômeno que vai restar em importantes modificações na forma como os povos autóctones usam e se inter-relacionam com o território.

Por se referir ao estudo de um ambiente em que a interação fronteira é central, investigou-se também os importantes contatos territoriais vivenciados pelos

diferentes grupos indígenas, um dado que aponta para a dinâmica dos meios de dispersão populacional, além de serem observados o uso dos recursos naturais, a distribuição da população, alteração linguísticas e culturais dos diferentes espaços.

1. O ambiente de mobilidade indígena na Região das Guianas

A mobilidade como campo de análise é um fenômeno imprescindível à compreensão das transformações no mundo atual, sobretudo quando o ponto de convergência dos seus novos contornos decorre do cenário de inter-relações que se estabelece com o assentamento de limitações à deslocação humana pelo território.

No contexto de movimentação territorial indígena, as deslocações praticadas pelos grupos no ambiente de fronteira, muito mais que corresponder a meros movimentos, aqui são consideradas sinônimo da liberdade de avançar sobre o território e para tanto, pensadas como um ato ligado à transgressão e à criatividade humana, dizendo respeito a atos que os fazem avançar para muitos lugares (CRESSWELL, 2006).

Composta por uma superfície de mais de 1,5 milhão de km², a região que aqui é

referenciada se localiza na parte norte do continente sul-americano, correspondendo aos territórios da Guiana, Guiana Francesa, parte da Venezuela (Estados de Bolívar e Amazonas), boa parcela do norte brasileiro (Estados do Amapá, Roraima, partes do Estado do Pará e Amazonas), além de também alcançar o Suriname (SILVA, 2018).

Pensada como um complexo social, econômico e geopolítico, o local que foi cartografado por Silva *et al.* (2019), figura ainda como itinerário de circulação, por onde se dispersaram principalmente os grupos indígenas de origem Carib, Arawak, Tupi e Yanomami, que possuem formas particulares de se interconectar, comunicar e distribuírem-se territorialmente (RIVIÈRE, 1984; GRENAND; GRENAND, 1984; SILVA, 2021).

O cenário descrito acima, na perspectiva histórica do trabalho de Eriksen (2011) revela que o fenômeno dos deslocamentos indígenas, passou por significativa mudança quando colonizadores europeus se estabeleceram nos lugares conquistados em terras americanas e lançaram sobre eles e a população o seu “poder político” (RAFFESTIN, 1993).

Nesta nova etapa, as limitações físicas e as barreiras culturais, fizeram parte de um conjunto de territorialidades que, de

um lado impuseram novo formato às terras de pertencimento e, de outro, implementaram contrastes à etnicidade¹ e à mobilidade de uma variedade de grupos indígenas.

Para Raffestin (1993) ao se apropriar de um determinado território, da maneira como o fizeram os impérios colonizadores na Região das Guianas, o “ator” territorializa o lugar, fenômeno que para os povos indígenas, significaria a mudança na forma como estes se locomovem, alterações ao seu modo de vida, além de também influir no uso das suas línguas tradicionais e no desenvolvimento de suas práticas religiosas (BAINES, 2006).

Sobre esse cenário, Gallois e Grupioni (2013) escreveram que os povos de Oiapoque – Galibi Kaliña e Palikur – Norte do Pará – Tiriyó (Trios), Wayanas e Apalai – além dos Wajãpi que habitam a extremidade leste das terras desses últimos citados, passaram a dominar outras línguas, participar de congregações religiosas e habitualmente alimentar-se de produtos advindos do comércio mantido por entre as bordas fronteiriças das nacionalidades que mais e mais se instalaram naquela região.

Além disso, Pateo (2005) quando estudou os Yanomami, colocou que as

guerras, as epidemias e as expedições de apresamento influenciaram muito nos deslocamentos territoriais autóctones e, de modo especial na definição dos traços gerais de ocupação e etnicidade na Região das Guianas. Isso porque, para esse autor, as ações de conquista territorial que alcançaram essa região, agiram para dominar os povos e por consequência promoveram um processo de expulsão de muitas etnias a serem inseridas em outros ambientes.

A título do que ocorre com os povos de Oiapoque e os Yanomami, o mesmo autor assenta que os deslocamentos realizados pelos ameríndios de maneira geral, estão intimamente relacionados à busca e à utilização dos recursos naturais, como também ao simbolismo presente em muitas de práticas tradicionais que também podem ter influenciado decisivamente na movimentação autóctone.

Diante do que as perspectivas acima abordam é possível colocar que as atividades de mobilidade praticadas pelos povos originários em vários lugares e as conexões estabelecidas por muitos grupos indígenas em épocas passadas, constituíram-se em subsídios importantes para a construção de

¹ Etnicidade é um conceito que alude a construção étnica em que a cultura e a identidade étnica estão envolvidas, dizendo respeito, ao

processo social e relacional pelo qual se constrói a condição étnica de um determinado grupo (BELLO, 2004).

um mosaico étnico dos primeiros habitantes da Região das Guianas. Entretanto, o estudo de Pateo (2005) assevera que elementos nacionalistas foram sendo incorporados pelos indígenas, através da atuação cada vez mais contundente, do aparato dos Estados nacionais e de seus projetos de domínio e exploração do território conquistado.

Eriksen (2011) coloca que os intercâmbios perpetrados pelos ameríndios que habitam a região estudada, para trocas e relações de parentescos, se desenvolvem desde então sob a ocorrência de atividades mercantis de venda e troca de ferramentas, armas e artefatos de metal.

Gallois (2005) revela que grupos indígenas como os que fazem parte dos povos de Oiapoque – Palikur, Galibi Kaliña (Kaliña) – e de igual forma os da Terra Indígena Parque do Tumucumaque – Wajãpi, Tiriyo (Trios), Wayana e Apalai, aparecem se interconectando pelos espaços onde as fronteiras se sobrepuseram ao território de pertencimento autóctone, particularmente no cenário dos limites Brasil/Guiana Francesa/Suriname.

A autora mostra que nesse ambiente, os indígenas transitam para encontrar com seus parentes, ocasião em que participam de cerimônias de casamento e eventos religiosos, além de também praticarem a

troca de artefatos, armas e plantas medicinais, como um ato que não se esvai com a colocação de limites fronteiriços ao território, mas padece quando a passagem de um ponto a outro enfrenta dificuldades.

Para além de representar traços advindos do encontro de modos de vidas diferenciados, as práticas perpetradas pela presença estrangeira, afetam as tradicionais formas de cultivo, pesca e caça, entre outras atividades do cotidiano indígena que com o contato e interação com os nacionais passaram a ser realizadas então sob a interferência de outras tecnologias (ERIKSEN, 2011).

Capiberibe (2007) escreveu que os Palikur, como exemplo de povo indígena que há mais tempo transita e se interrelaciona na zona de fronteira das terras do Brasil com a Guiana Francesa, particularmente quando a presença não indígena passou a dominar seu cotidiano, desenvolve práticas de sobrevivência que conjugam a tradicional forma de viver autóctone com as implementadas pela aproximação com os valores advindos das soberanias brasileira e francesa.

Lopez Palomino e Teófilo da Silva (2019, p.7), assentam que onde quer que tenham sido delineadas, as fronteiras políticas sul-americanas, da forma como se

edificaram na Região das Guianas, foram traçadas sobre terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Segundo esses autores, essa situação obrigou os povos a reelaborar suas culturas e identidades, e conseqüentemente viver sob outras territorialidades, sobretudo quando se avalia os novos contornos geopolíticos colocados sobre o território por onde transitam.

Para Guedes *et al.* (2020) os povos indígenas mantêm relação especial com os lugares em que habitam. Esses mesmos autores colocam que a sobrevivência material e imaterial dos grupos autóctones está diretamente vinculada aos seus direitos territoriais, uma vez que este “[...] é condição para a vida [...], não no sentido de um bem material ou fator de reprodução, mas como ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida.

Particularmente por estar relacionado a forma com os Estados-nação passaram a gerir os espaços conquistado ainda no período colonial, os lugares de pertencimento indígena que se localizam na região estudada, foram atravessados por inúmeras fronteiras e por tal ação tiveram suas terras ancestrais divididas e submetidas a mecanismos de controle e gerenciamento fronteiriço que afetou a vida e imprimiu outra realidade as

suas atividades de deslocamentos pelo território (PAUL-GUERS, 2012).

Brana-Shute (1996, p.121) concebe que a maneira como cada soberania encaminhou a configuração do território da significativa população indígena que habita os domínios territoriais dos países que compõem as Guianas, está diretamente relacionada com o seu passado de exploração colonial, além de maneira singular conectar-se com trajetórias políticas pós-independência, diferenciadas, que ditou particularidades a maneira como cada *habitat* indígena foi organizado. O mesmo autor segue afirmando que essa condição afetou o modo de viver e produzir, de igual forma influenciou na distribuição de grupos étnicos e línguas tradicionalmente faladas.

A nova realidade territorial, também representa ameaças à cultura das comunidades fixadas nos lugares do continente sul-americano onde as soberanias europeias se instalaram, sobretudo porque, da maneira como concebeu Bonnemaïson (2002, p. 97), “toda cultura se encarna, afora de ser afetada por elementos de imposição, em uma forma de territorialidade”.

A exemplo do dado colocado acima, a presença do pesquisador no local onde se erigiu a fronteira franco-brasileira, revelou que os indígenas Palikur, como povo que

transita e se interrelaciona em pontos distintos de um mesmo lme, passaram a se interrelacionar com formas diferenciadas de organizar o espaço de suas aldeias, construir suas casas, comunicar-se com os seus parentes e, de maneira particular, professar a fé, que agora é permeada da imposição de uma religião monoteísta.

Além desses contrastivos, as atrações edificadas com a estruturação das cidades fronteiriças do entorno de seu habitat empurraram a população daquele povo indígena ao contato com o aparato de fiscalização fronteiriça montado sob a ponte binacional Oiapoque/Saint-Georges e pelo trajeto rodoviário que conecta o Brasil a Guiana Francesa.

Naquela confluência a polícia de fronteira fiscaliza intensamente a passagem de pessoas e cargas de um ponto a outro do limite edificado entre as nações brasileira e francesa. Ali os indígenas são impelidos a portar passaportes e ou a *cart de séjour*², sobretudo por representar ato que sobrepõe ao poder do nacionalismo implantado, todo aquele que pretende adentrar ao território que agora é domínio dos que pela colonização o conquistou.

² A *cart de séjour* é uma espécie de “cartão de estadia” para a pessoa estrangeira se manter legalmente em território francês, com especial uso na

Atento ao que escreveu Silva (2013) é possível afirmar que os mesmos mecanismos que na contemporaneidade são entaves à circulação indígena por aquele território transnacional, também são os que advém da firmação de uma agenda de Cooperação Transfronteiriça que pauta ações de mútua ajuda para a garantia da soberania e proteção territorial e política das nações brasileira e francesa.

Significa que a proteção montada pelas soberanias franco-brasileira para impedir a invasão de seus limites, tráfico de pessoas, drogas e mesmo o garimpo ilegal em suas terras, por meio de ações homologadas com a agenda de Cooperação Transfronteiriça, afeta o contato dos indígenas com os seus parentes e também acabam por impedir a passagem para as trocas e intercâmbios, particularmente porque esse constructo administrativo não reconhece a diferenciação étnica que cerca o identitário autóctone e assim os trata como nacionais (PAUL-GUERS, 2012).

Além de significar embaraço a passagem indígena, as incongruências colocadas sobre o cotidiano dos povos impactam a forma como o território indígena

Guiana Francesa (Site Oficial da administração francesa: Disponível em: >> <https://www.service-public.fr/particuliers/recherche?keyword=cart+desejo> >>. Acessado em: 10/04/2022.)

se configura e interfere na dispersão dos grupos que habitam os lugares entrecortados por fronteiras na Região das Guianas. Sobretudo porque, os diferentes Estados-nação que a compõe adotam formas distintas de definir os locais de habitação e uso indígena, existindo ainda aqueles que se quer o fizeram.

Os direitos territoriais indígenas no Brasil passaram a ser reconhecidos na Constituição Federal do país, homologada no ano de 1988, quando o Estado brasileiro autoriza que o território de pertencimento seja transformado em “Terras Indígenas” (SILVA, 2018).

Na tentativa de dar alguma solução para a presença autóctone na Guiana Francesa, sobretudo a partir da década de 1960, o processo de formatação do território ameríndio abriu precedente para que os grupos que vivem nas zonas criadas por ação da administração local mantivessem um *status* especial, dos quais não desfrutavam os que se estabelecessem em outro lugar (DAVY E FILOCHE, 2014).

Na República da Guiana, por seu turno, foram criadas regiões administrativas para definir as áreas habitadas por grupos nativos (BULKAN, 2013). Segundo os dados do Iwigia (2019) e Sharon *et al.* (2006) são locais da presença de diferentes povos que se

distribuem diversificadamente pelas 10 regiões criadas para formatar o território nacional e conseqüentemente abrigar e organizar a presença indígena em seu domínio.

Em uma situação contraditória ao que se observa acontecer no Brasil, Guiana Francesa e Guiana, o Suriname continua sendo “o único estado do hemisfério ocidental, no qual vivem povos indígenas, que de alguma forma não se reconhece o direito deles aos territórios de seus ancestrais”. As ações, ilustram o contínuo desrespeito aos direitos fundamentais dos grupos existirem como povos separados e de continuarem a viver nos territórios que por gerações lhes foram transmitidos. (RICHARD PRICE, 1999).

Na Venezuela, Rosa Azevedo Marin (2013) observa que aquele país, como um ato que só pode ser comparado ao que o Brasil fez, ressalvado a forma como um país e outro agiu para regulamentar as terras de pertencimento indígena, reconhece em seu território a existência de grupos etnicamente diferenciados e detentores do direito de usufruir coletivamente das terras que ocupam.

Além de servir para projetar o cenário de discrepância territorial que cerca a presença indígena na região estudada, a

situação esboçada serve ainda para revelar a diversidade de formas em que territorialidades diferenciadas atingem o cotidiano autóctone e, como produto, edifica sobre os seus *habitats* um constructo politicamente arquitetado que, não só lança limites ao território mas, de igual forma, os rodeia de aparatos outros que os condiciona a conjugar a sua etnicidade aos valores provenientes do contato com os nacionais em suas próprias terras.

Apesar de todos os contrastivos que a ação estrangeira promoveu ao cotidiano indígena, a movimentação territorial culturalmente praticada pelos diferentes povos, consegue suplantar as barreiras – sejam físicas ou as institucionalizadas por leis ou decretos – e constituiu-se consequentemente no elemento que emblematicamente colocou membros de uma mesma etnia, como o fez com os Palikur, Galibi Kalinã, Wajãpi, Wayanas, Trios, Makushi, Warao, Wapichana, Yanomami, Yekuna, entre outros grupos, em contato com diferentes contextos e nacionalidades, promovendo portanto a construção de um mosaico de interações que extrapolam a existência de limites à circulação.

1.2 A interação proveniente da mobilidade indígena por entre as fronteiras na Região das Guianas

Justamente por se constituir em local onde se estabeleceram diferentes Estados-nação, a Região das Guianas é um lugar entrecortado por diferentes fronteiras e espaços de interação onde os povos indígenas, sobretudo por serem praticantes culturais de mobilidade, se posicionam e vivem diversificadamente em pontos distintos de cada par das fronteiras que entrecortam os limites dos países localizados nessa parte do continente sul-americano.

Para o estudo acerca da interação territorial que é observado nesse contexto, as abordagens aqui consideram a padronização de uma zona de fronteira de 50 quilômetros, especialmente porque a definição das áreas fronteiriças na região estudada não é uniforme, de igual modo, por possibilitar exame comparativo da capilaridade das interações vividas, tanto na linha como nas diferentes zonas de fronteira e, mesmo as que se dão para aquém dessa padronização quando for o caso.

Paul-Guers (2012) escreveu que o fenômeno territorial de edificação das fronteiras na Região das Guianas, foi por si só o impulsionador do avanço indígena para

lugares diferentes do território. Para esse autor isso constituiu-se em um fator que atraiu a população autóctone a convivência com os mecanismos de controle e gerenciamento, típicos de cenários onde os as nacionalidades se sobrepõem a vida da população do local.

Esse mesmo autor colocou que a ocorrência mencionada acima, atingiu o vivido territorial de muitos outros povos em outras fronteiras na região estudada e, como consequência, submeteu o território indígena à ação contundente dos países limítrofes. Paul-Guers (2012) escreveu ainda que essa situação inaugurou tempo em que os diferentes grupos articularam novas formas de se dispersar, o que necessariamente contribuiu para edificar um verdadeiro corredor de passagem, por onde a população étnica transita para diferentes atividades do cotidiano e mesmo para as relacionadas ao comércio.

É a partir da perspectiva colocada pelos estudos acima mencionados que se desvela uma trama de deslocamentos, responsável por desenhar sobre cada par de fronteira um ambiente de contatos e interação onde o étnico e o nacional se imbricam (BAINES, 2013).

Povos indígenas como os da parte fronteira que congrega contatos entre Brasil

(Amapá e Norte do Pará) / Guiana Francesa e Suriname, passaram a se interrelacionar para as mais variadas atividades do cotidiano, bem como para participar do atrativo comércio de produtos típicos da cultura indígena e para a mão-de-obra tão necessária para a estruturação dos lugares que se edificam sob a administração dos Estados-nação, colonizadores em cada tempo e lugar (GALLOIS, GRUPIONI, 2003; PAUL-GUERS, 2012).

A trama de contatos esboçadas não só mostra elementos fundamentais e propulsores da dispersão indígena para muitos pontos e congruências territoriais, como também evidencia dados de como o vivido autóctone passa a ser permeado de valores e práticas que mais os aproxima dos nacionais do que aos traços de composição da sua etnicidade.

Stephan Baines (2006, p. 36) quando estudou o trânsito dos indígenas que habitam a República da Guiana, escreveu que uma das formas de interferência que se lançam sobre o cotidiano dos grupos indígenas se materializa quando estes necessitam procurar assistência à saúde, educação, seguridade social (programas de aposentadoria) ou ao ingressar nas forças militares dos diferentes países com os quais convivem nos espaços de fronteira. Para esse autor, trata-se de casos

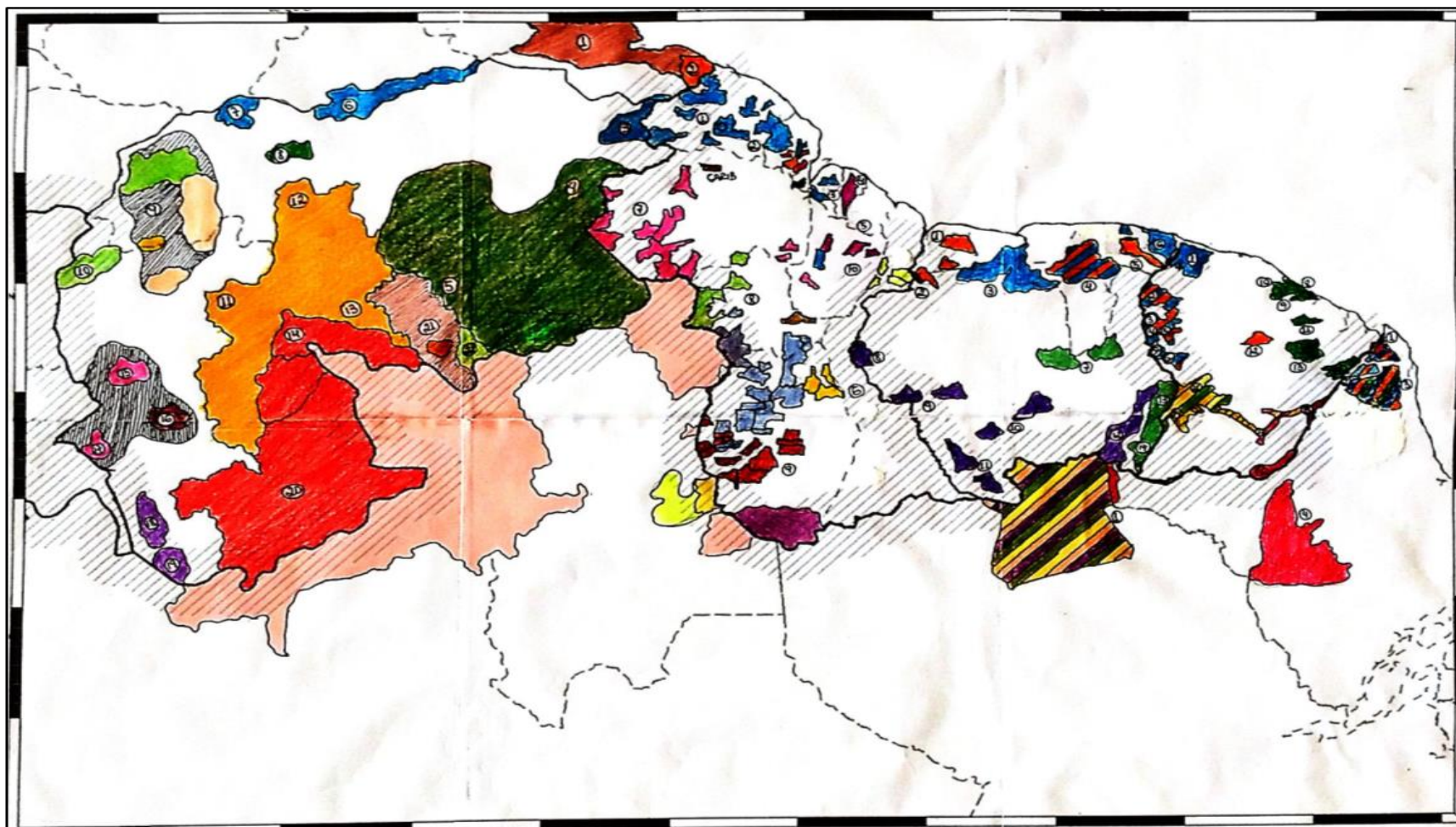
típicos de manipulação de identidades, dado que por consequência, atuam para a emergência de reveses aos traços identitários, sobretudo por representar aspectos que não fazem parte da forma como as populações autóctones se relacionam socialmente.

Através dos meandros do fenômeno abordado pelos estudos acima colocados é que se caracteriza o cenário de interatividade e conjugação que se lançam sobre o “vivido territorial”³ dos povos indígenas, particularmente quando os referenciais apontam para a ocorrência de contatos de grupos e culturas diferenciadas, por diferentes pontos e com distintos contextos na região estudada (Ver Representação gráfica 1).

³ A expressão “vivido territorial” é utilizada para caracterizar o momento quando um determinado grupo ou sociedade passa a viver sob novas experiências no território, um novo “vivido territorial” se lança sobre seu cotidiano, sobretudo por se referir

aos efeitos das experiências com as quais passam a conviver, quando uma nova configuração que se coloca sobre seus lugares, costumes e tradições (RAFFESTIN, 1993).

Representação gráfica 1 – Distribuição dos povos e territórios indígenas entre as fronteiras dos países limítrofes na Região das Guianas.



Fonte: Azevedo et al. (2017); Bel (2009); Bulkan (2013); Capucci (2016); Davy e Filoche (2014); Isa (2008); Iwigia (2019); Melatti (2019); Palmar (2018); Raisg (2012; 2019); Silva e Mansutti (1996); Sharon et al. (2006); Queixalós e Renault-Lescure (2000); Velthem (2020); Filoche et al. (2014); Word Bank (2019). Elaborado pelo autor (2021).

Legenda descritiva da Representação gráfica da distribuição dos povos e territórios indígenas pelas fronteiras dos países limítrofes na
Região das Guianas

Brasil Amapá/Norte do Pará	Guiana Francesa	Suriname	República da Guiana	Venezuela
Terras Indígenas	Zonas de Direito e Uso Coletivo Sessões e ou Concessões	Territórios Indígenas	Regiões administrativas	Territórios Indígenas
1- Terra Indígena Juminã Karipuna Galibi Marworno	1- ZDUC Galibi D'Awala Yalimapo 2- ZDUC Bosh de Saint-Laurent-du-Maroni 3- ZDUC Galibi de Paddock de Saint-Laurent	1- Arawak de Nickerie 2- Arawak de Coronie 3- Kalinã 4- Kalinã e Lokono 5- Arawak 6- Kalinã 7- Wayana 8- Trio (Tiriyó) 9- Trio (Tiriyó de Corantyne) 10- Trio (Tiriyó) de Sapaliwinie 11- Trio (Tiriyó) 12- Trio (Tiriyó) 13- Wayana do Tapanerpony 14- Wayana	Região 1,2 e 3 Carib, Warao e Arawak	1- Warao 2- Arawak do Delta 3- Kalinã 4- Akaio 5- Pemón 6- Kalinã de Bolivar 7- Kalinã 8- Hiwi de Maripa 9- Eñapa 10- Hiwi 11- Yabarana 12- Saliva 13- Yekuna e Yanomami 14- Yekuna 15- Piaroa 16- Mako 17- Puinave 18- Jerai 19- Baré 20- Yanomami 21- Sanema 22- Yanam
2- Terra Indígena Galibi Galibi do Oiapoque Karipuna	4- Cessão Coletiva Associação Hanaba Lokono 5- Cessão Coletiva Associação Wapo Naka 6- Cessão Coletiva Associação Bosh		Região 4 e 5 Arawak	
3- Terra Indígena Uaçá Palikur Karipuna Galibi Marworno	7- ZDUC Arawack de Saint-Laurent 8- ZDUC Galibi de Saint-Laurent-du-Maroni 9- ZDUC Arawack de Saint-Laurent-du-Maroni 10- Cessão Coletiva Associação Polyvalente D'Esperance	(CAPUCCI; 2016) (OLIVEIRA;2014) (QUEIXALÓS, RENAULT-LESCURE; 2000) (RAISG; 2012, 2019) (WORD BANK; 2019)	Região 6 Makushi e Wapichana	
4- Terra Indígena Wajãpi Wajãpi	11- ZDUC Arawack de Sainte Rose de Lima 12- ZDUC Palikur de Favard 13- Concessão Coletiva Associação Waliku 14- ZDUC Palikur de Village Iaparrá 15- Concessão Coletiva Associação Payikwene		Região 7,8 e 9 Wapishana, Arekuna, Makushi e Wai Wai	
5- Terra Indígena Parque do Tumucumaque Apalai Wayana Katxuyana Tiriyó Wajãpi	16- ZDUC Palikur de Village Kamuyenê 17- Concessão Coletiva Associação Tinogben Payikwene 18- ZDUC Boni, Emerillons e Wayana 19- Concessão Coletiva Associação Kaway 20- ZDUC Emerillons de Camopi 21- ZDUC Emerillons e Wajãpi de Camopi 22- ZDUC Wajãpi de Trois Sauts		Região 10 Arawak e Warao (BULKAN; 2013) (IWIGIA; 2019) (SHARON et al.; 2006)	(RAISG; 2012, 2019) (SILVA, MANSUTTI; 1996) (PALMAR; 2018)

(GALLOIS, GRUPIONI; 2013) (ISA; 2008) (MELATTI; 2019) (VELTHEM ;2020) (RAISG; 2012, 2019)	(AZEVEDO et al.; 2017) (BEL; 2009) (DAVY, FILOCHE; 2014) (VERGER et al; 2014)			
---	--	--	--	--

Fonte: Azevedo et al. (2017); Bel (2009); Bulkan (2013); Capucci (2016); Davy e Filoche (2014); Isa (2008); Iwigia (2019); Melatti (2019); Palmar (2018); Raisg (2012; 2019); Silva e Mansutti (1996); Sharon et al. (2006); Queixalós e Renault-Lescure (2000); Velthem (2020); Filoche et al. (2014); Word Bank (2019). Elaborado pelo autor (2021).

Na parte onde se erigiu as fronteiras das terras do Brasil (Amapá e Norte do Pará) com a Guiana Francesa, Suriname e mesmo as que tem a ver com a Guiana e Venezuela, que pode ser notado na Representação gráfica 1 é possível inferir que a colocação de limites ao território influenciou na distribuição de grupos e línguas tradicionalmente faladas. (BRANA-SHUTE, 1996).

Povos como Galibi Kaliña, Wayana, Apalai e Trio (Tiriyó), que até então estavam posicionados somente em terras brasileiras, aparecem percorrendo e habitando várias zonas de fronteira, além de também fazerem parte de um contexto em que os grupos falantes das línguas provenientes dos troncos Carib e Arawak, espalharam-se pelo território e por essa movimentação edificaram uma trama que alcançou muitos outros pontos da região estudada (GALLOIS; GRUPIONI, 2003).

O contingente populacional indígena em cada uma das zonas de fronteira que é destacado na representação apresentada anteriormente é bem singular. No território surinamês, por exemplo, vivem 20.344 pessoas, ou 3,8% da população total que é de 541.638 habitantes. Na parte brasileira (Amapá e Norte do Pará), por sua vez, são 8.845 indígenas (SEPI, 2018), enquanto que

na francesa são 10.000 pessoas e na República da Guiana 78.500.

Já na parte do território da Região das Guianas que se conecta com a Venezuela, a população indígena corresponde a cerca de 2,8% da população total do país, que é de 32 milhões de habitantes (IWIGIA, 2019).

Além de ser local de fixação de uma enorme população indígena e de se constituir por um território que está longe de alcançar a totalidade de terras a serem regulamentadas ao uso autóctone, a Venezuela também é lugar de definição da maior quantidade de lugares de pertencimento nativo apresentado na região estudada.

Marin (2013) acrescenta que esse é um quadro tímido diante do número de etnias que têm o direito de terem suas terras demarcadas, especialmente porque as conquistas em direção ao direito à terra ali é fruto de inúmeros movimentos de luta que os povos têm encampado e como consequência tem obrigado o governo venezuelano a regularizar muitos territórios.

Sobre um dos aspectos que mais identifica os Yanomami e tem a ver com a temática central das abordagens aqui desenvolvidas, o estudo de Rita Ramos (2008) revela que a região do rio Ocamo, afluente do Orenoco, é o local onde teriam

partido os movimentos indígenas rumo ao extremo norte do Brasil e sul venezuelano.

Segundo o que coloca a mesma autora, esse capítulo da história da movimentação indígena que envolve os territórios do Brasil e Venezuela, faz referência ao ocorrido entre os Sanumá, que seria então o subgrupo mais setentrional da chegada Yanomami ao vale do rio Auaris (afluente do Parima que, por sua vez, desemboca no Uraricoera que mais abaixo se transforma no Rio Branco) em Roraima.

Sobre esse fenômeno Rita Ramos (2018) mostra que a habitação da parte sul venezuelana e norte brasileira, decorre da fixação de conjuntos de comunidades que se detiveram em vários locais sucessivos, onde abriram roças, tiveram filhos, subdividiram-se, formaram novas alianças e por assim dizer, fizeram dali o local onde estabeleceram seu povo e cimentaram sua cultura.

Trata-se, portanto de um ambiente que, além de ser formado por nacionalidades diferenciadas, se distingue ainda por apresentar composição étnica, populacional e de distribuição territorial que confere à Região das Guianas a condição de congregar áreas de habitação autóctone de tamanho e definição não encontradas em outra parte do continente sul-americano.

Na Terra Indígena Parque do Tumucumaque, por exemplo, a área territorial chega a 3.076.677,35 km²; Paru D'Este corresponde a 1.198.730,02 km² e nas terras dos Povos Galibi-Marworno, Galibi de Oiapoque (Kali'ña), Karipuna e Palikur, como uma das maiores reservas indígenas que se localizam nas bordas da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, a área de habitação corresponde a um considerável território indígena que tem 472.618,86 km² (RAISG, 2017).

Comparado a condição territorial vivida pelos indígenas no Amapá e Norte do Pará/Brasil, a área concedida a implementação de ZDUCs na Guiana Francesa, como a dos Boni, Émérillons e Wayana corresponde a 269.419,74 km², enquanto que a destinada ao uso dos Wajãpi de Trois Saut tem 96.966,94 km², um quadro territorial bastante diferente da área ocupada pelos indígenas Galibi Kali'ña que vivem em apenas 17.924,40 km² (RAISG, 2017).

Mesmo figurando como país que apresenta territórios sem reconhecimento oficial para uso dos povos indígenas, o espaço destinado a habitação autóctone no Suriname é bem diversificado. Sobre esse cenário a Raisg (2017) mostra que os Trio vivem em uma área de 2.308.100,87 km², os Wayana em 1.019.409,38 km², enquanto que

os Arawak da parte norte, vivem em um território que corresponde a 85.238,75 km² e os Arawak que habitam a parte sul em 11.728,74 km².

Não há na República da Guiana previsão legal para demarcação de território para indígenas, na região em que se localiza o território dos indígenas Wai Wai – Região 9 - os dados da Raisg (2017) revelam existir uma extensão territorial que chega a alcançar 618.107,70 km² (RAISG, 2017).

Bulkan (2013) e Sharon *et al.* (2006) mostram que aquele país é marcado pela presença de uma variedade de povos, como os Macuxi e Wapichana, que aparecem fincados no território Karaudanawa que tem 53.732,27 de km² e Rupanau com 45.324,85 km² (RAISG, 2017).

Diante desse quadro, Van Velthem (2020, p.6) assenta que o distinto cenário territorial e étnico que se edificou pelas fronteiras dos países limítrofes na Região das Guianas, diz respeito ao local próprio de desenvolvimento de uma inerente característica de mobilidade que os grupos autóctones guardam em seu identitário. Para esse autor, esse dado contribuiu sobremaneira para o espraiamento multidimensional dos grupos e construção de um mosaico de povos, línguas e territórios diferenciados no Brasil.

O espraiamento multidimensional desempenha papel importante na vida cotidiana das comunidades indígenas, sobretudo por ter permitido implementar estratégias de deslocamentos que foram e são imprescindíveis para a produção alimentar, relações sociais e comerciais, que acabaram por cooperar na sua passagem para outros lugares e por conseguinte, possibilitou contatos como modo de viver e mecanismos de formatação territorial diferenciados.

No ambiente de interação territorial Brasil/Guiana Francesa/Suriname, as Terras Indígenas Uaçá, Galibi, Juminã e Wajãpi (Amapá) e as Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Paru D’Leste (Norte do Pará), particularmente por estarem localizadas na confluência das cidades, podem ser usadas como exemplo tácito de como as zonas urbanas exercem atração sobre os povos que vivem nos limites dos países.

Nesse sentido, Capiberibe (2007) coloca que os grupos indígenas que vivem nas “Terras Indígenas” do lado brasileiro da fronteira com a Guiana Francesa, com particular referência aos Palikur do baixo Oiapoque, levam uma vida menos dependente do dinheiro, principalmente porque ali é possível subsistir do que a natureza dispõe, restando a relação com o

comércio das cidades do entorno, somente a aquisição de bens e produtos complementares.

Na Guiana Francesa, por outro lado, apesar de subsistir ainda, em alguns locais de habitação ameríndia, uma e outra atividade ligada diretamente ao uso dos recursos naturais para a sobrevivência diária, de modo geral os indígenas vivem principalmente da renda proveniente dos programas de assistência e seguridade social que é paga mensalmente em euro (CAPIBERIBE, 2007).

O trabalho de campo em meio aos indígenas que Capiberibe estudou em 2007, revela que a interação desse grupo no cenário de fronteira, muito mais que resultar em alterações importantes nas formas de usar o território e de obter o sustento diário, promoveu a distribuição da população tanto em uma parte como em outra do limite transnacional por onde transitam.

O contato com o setor da Funai/Oiapoque responsável pela contagem da população indígena, revelou que para o ano de 2019 a população Palikur era de 1.324, vivendo em 13 aldeias na Terra Indígena Uaçá. Na outra parte da fronteira o que se observa é a existência de conglomerados de habitação onde a população chega ao número de 1.230 pessoas, instaladas em pelo menos 5

(cinco) localidades nas cidades de Saint-Georges, Caiena/Tonate Macouria e em Roura (DAVI E FILOCHE, 2014).

Diante do que foi levantado, o que se tem de concreto é que a interação daqueles indígenas na zona de fronteira franco-brasileira, não só foi o elemento impulsionador da distribuição da sua comunidade em um ponto e outro do território, como de igual forma edificou nichos de habitação diferenciados.

Às margens do rio Urukawá a vida indígena é feita de uma relação íntima com o meio natural. Ali eles caçam, pescam, constroem suas casas com a madeira extraída da floresta e abrem os seus roçados para o plantio da mandioca que usam na produção da farinha que é fonte principal do sustento.

Na parte em que o nicho de habitação se edifica sob a influência da nacionalidade francesa, os Palikur organizam suas casas nos bairros urbanos reservados à moradia autóctone. Nesses lugares as casas, o arruamento e as calçadas abrem espaço para uma vida mais urbana, particularmente por ser mantida pela renda da comercialização de produtos e artefatos e mesmo do trabalho no serviço público e ou das benesses dos programas de assistência social pagos em euros.

Além dessa distinta condição, os grupos indígenas que se fixaram dentro da zona de fronteira aqui construída e, mesmo aqueles cuja localização extrapola esse padrão, como o povo acima mencionado, são impelidos a viver múltiplas situações que os condicionam a permanecer em áreas demarcadas pelo Estado, seja ele brasileiro ou francês.

Tal situação arrasta muitos grupos, com especial menção aos que avançaram do Brasil (Amapá) para fixar comunidades na Guiana Francesa. A habitação em lugares de definição territorial frágil e que ainda carecem da regulamentação governamental, são de comunidades cada vez mais dependentes do assistencialismo governamental.

Essa é uma prática usual entre as comunidades indígenas que se estabeleceram na coletividade francesa, sobretudo porque faz parte de um fenômeno de alcance maior, que de maneira geral empurra os grupos indígenas, colocados nas bordas e ou zonas de fronteira, a conviver com elementos que não fazem parte de seu modo específico e diferenciado de viver.

Silva (2013) escreveu que na faixa onde se erigiu a fronteira do Brasil (Amapá) com a Guiana Francesa, por exemplo, instituiu-se no ano de 1996 uma agenda de

cooperação transfronteiriça. A transposição indígena de um ponto a outro do território, relacionadas às atividades de trocas, intercâmbios e para as tradicionais relações de parentescos, passaram a sofrer interferência da implacável fiscalização de fronteira. O que contribuiu para que os indígenas utilizassem outras estratégias para alcançar os lugares onde cotidianamente mantêm relações.

Sobre esse novo cenário, Capiberibe (2007) coloca que os grupos indígenas que transitam pela fronteira franco-brasileira, com especial referência aos Palikur, que é o povo que aparece em diferentes literaturas fixados em ambos os lados daquele *lime*, passaram a lidar então com a exigência de documentos - passaportes e vistos de permanência - para poder ter a passagem permitida e assim conseguirem alcançar os lugares onde seus parentes se estabeleceram e onde habitualmente mantêm contato recorrente.

A situação indígena que é vivida nessa zona, aparece então como exemplo das muitas realidades lançadas a todos que vivem sob as bordas de uma fronteira e precisam transpor os limites politicamente postos para o desenvolvimento de atividades imprescindíveis para sua convivência sociopolítica, econômica e cultural.

Afora o impacto que os mecanismos de controle fronteiro causam ao autóctone, os grupos ainda são submetidos a interferência do local no uso das suas línguas tradicionais, sobretudo porque ali o contexto de fronteira condiciona os indígenas a falar mais de uma língua, com destaque para a necessidade de domínio da língua oficial dos diferentes países com os quais se interrelacionam, como o português e o francês (CAPIBERIBE, 2007).

Nesse contexto etnolinguístico, indígenas provenientes de grupos étnicos diferenciados, ainda são dependentes do domínio de uma terceira e até quarta língua, que se constitui em uma espécie de método universal utilizado para a comunicação entre povos oriundos de famílias linguísticas diferentes que se imbricam no cenário de fronteira (CAMPETELA *et al.*, 2017).

Além de afetar as formas de comunicação tradicional dos povos, Paul-Guers (2012) escreveu que a aproximação e inserção de formas de vida diferenciadas a modos distintos de formatar o território, faz parte de um constructo onde os grupos indígenas, especialmente conduzidos por suas culturais práticas de mobilidade, entram em contato cada vez mais próximo a formas modernas de uso do território.

Nessa direção, o mesmo autor coloca que apesar de estar relacionado a ações decorrentes das deslocamentos desenvolvidas pelos próprios povos, a inserção indígena à convivência em meio aos nacionais teria a ver então com a forma como os Estados-nação europeus agiram para atrair os grupos autóctones ao estabelecimento em seu domínio territorial no novo continente.

Sobre esse dado, Lopez Palomino e Teófilo da Silva (2019) mostram que os grupos indígenas com território de pertencimento localizado em áreas de fronteira, vivem de um misto de situações adversas, que é resultado direto dos efeitos que as políticas de ocupação e exploração lançam sobre os povos e territórios indígenas, particularmente porque, para esses autores, aquele fenômeno colocou os grupos em permanentemente contato com um conjunto de agências e agentes regionais, nacionais e internacionais, de igual forma, os levou a dispersão, fragmentação e a estabelecerem formas seletivas de contato e mesmo isolamento.

A presença em campo – fronteira Brasil/Guiana Francesa/Suriname, possibilitou perceber que envolvidos em um ambiente de ambiguidades, os indígenas – com particular menção aos que transitam das terras do Brasil (Amapá e Norte do Pará) -

são impelidos a certificar o nascimento de seus filhos, usar os documentos de identificação nacional e, no caso dos que se interrelacionam com os pontos de fixação na Guiana Francesa e mesmos só que avança para o Suriname, a dupla cidadania e mesmo o reconhecimento da cidadania no país de chegada é uma prática já incutida na realidade dos grupos que vivem nas fronteiras.

Em atenção ao ponto de interação fronteira que conecta as terras do Brasil (Norte do Pará) ao Suriname, a perspectiva construída pelos estudos do Iwigia (2019) revela que o espaço onde se observa a presença de subgrupos⁴ indígenas Tiriyo e Wayana, mostra que em terras surinamesas os povos vivem em uma situação completamente adversa aquela vivenciada aos grupos da porção brasileira e mesmo na Guiana Francesa.

O estudo de Barbosa (2007) mostra que naquele local, sobretudo por não haver legislação própria para demarcar o território indígena, os povos vivem, de modo geral, da exploração de sistemas rotativos de roçados, onde cultivam grande agro biodiversidade com destaque para a cultura da mandioca,

além de praticarem atividades de caça durante o período invernos, a pesca no verão, e a coleta e o extrativismo durante o ano todo, além de também fazerem parte de uma rede de intercâmbios e trocas que os conecta em vários lugares do território nas Guianas.

O autor citado acima acrescenta que além das atividades de subsistência, a vida indígena no Suriname também é feita das relações com as frentes extrativistas – castanheiros, balateiros, gateiros, mineradores e garimpeiros – que se constituem em atividades necessárias à obtenção de artigos industrializados e até mesmo de dinheiro que seria usado para compras nas relações mantidas com o comércio das cidades do entorno.

A nova forma de viver e os diferentes motivadores que provocam as deslocamentos indígenas em terras surinamesas, segundo o que colocou esse último autor, teriam influenciado e impactado a prática de intercâmbio indígena para outras partes e com outros grupos naquela zona de fronteira. Essa condição aproximou os indígenas a atividades completamente diferentes das que tradicionalmente praticam e como resultado

⁴ Expressão utilizada por Capiberibe (2009) para descrever parte do contingente Palikur que flutua

ou que se fixou em determinado ponto da fronteira franco-brasileira e que aqui usaremos para tal referência.

mais evidente os aproximou de atividades até então praticadas pelos que vivem nas cidades ou nas bordas delas.

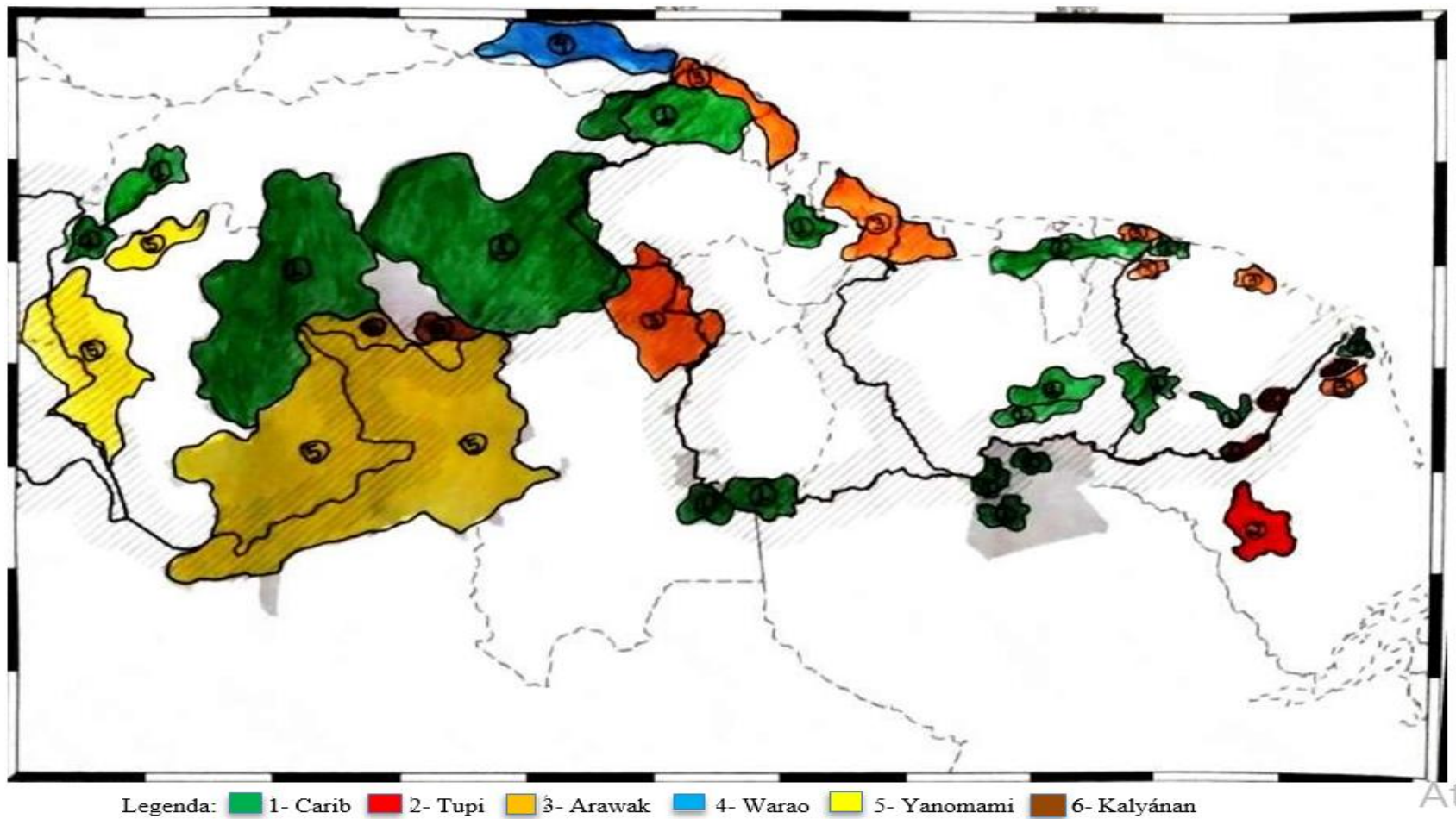
Gabriel Coutinho Barbosa (2007) escreveu ainda que as deslocções então realizadas para fins de trocas de artefatos e produtos e as feitas para contatar povos indígenas diferenciados em outros lugares diminuiria cada vez mais. Os Apalai e Wayana, que são provenientes da Terra Indígena Parque do Tumucumaque (Norte do Pará/Brasil) por exemplo, segundo o mesmo autor, passaram a preferir a visita aos Wayana, Tiriyo e Boni no Suriname e Guiana Francesa para trabalhar na extração de balata ao sul da região.

Esse tipo de alteração apresenta-se como uma constante no cenário das interconectividades indígenas pelas fronteiras e constitui-se ainda em um dado que também é acompanhado das interferências que os mecanismos de controle e gerenciamento que os Estados-nação providenciam para garantir a soberania nos limites territoriais que detém.

No que se refere a interação etnolinguística que se desdobra das movimentações indígenas pelas fronteiras na Região das Guianas, os dados dos estudos de Eriksen (2011), Brana-Shute (1996), Unesco (2018) e Queixalós e Renault-Lescure (2000)

são suficientes para revelar que o lugar é marcado pela presença de indígenas, cujas origens linguísticas repousam sob a descendência de famílias comuns a um tronco linguístico ou a outro (Ver Representação gráfica 2).

Representação gráfica 2 – Distribuição etnolinguística pelos países que compõem a Região das Guianas.



Fonte: Unesco (2018); Queixalós e Renault-Lescure (2000). Elaborado pelo autor (2021).

Frente ao que a Representação gráfica 2 retrata Brana-Shute (1996, p.125) coloca que a interação que se desvela na região estudada remete à abrangência de grupos indígenas de origem linguística Arawak e Wapixana falando uma língua - o Arawakan - e o resto falando outra língua baseada no Cariban.

O dado levantado por esse autor, além de reforçar a tese idealizada pelos estudos mencionados no parágrafo anterior, pode ainda explicar o ambiente autóctone que se desenhou e tonificou a presença predominante de comunidades de origem Arawak e Carib, por entre as diferentes fronteiras edificadas com a fixação dos Estados-nação soberanos na região estudada.

É o que se verifica quando o exame se estende para a parte da região onde a representação gráfica mostra povos como os Palikur do baixo Oiapoque, Galibi Kaliña, Wayana, Tiriyo (Trios) e Apalai – falantes de línguas provenientes dos troncos linguísticos Arawak e Carib – distribuindo-se tanto em uma parte com em outra do lme que os separa na confluência Brasil/Guiana Francesa/Suriname (GALLOIS; GRUPIONI, 2003; ERIKSEN, 2011).

Para Baines (2006) esse cenário é próprio de espaços abertos à manipulação das etnias pelas nacionalidades, sobretudo por ali

se manifestar o processo de aproximação que colocou homens de culturas e práticas diferenciadas a conviver com modos que, em maior ou menor medida, não respeitam a forma como os povos indígenas tradicionalmente se relacionam.

O dinamismo que cerca o cotidiano autóctone nessas condições, fez com que os grupos se aproximassem dos organismos de controle territorial das soberanias nacionais e, por consequência, os empurra à convivência concomitante, do modo de viver indígena com os mecanismos colocados pela ação e inferência do poder político instalado em cada uma parte do local estudado (HAESBAERT, 2004).

Nesse sentido, Baines (2006) assenta que as populações autóctones que vivem em contexto de fronteira, como vivem os povos com *habitat* colocado nos locais onde os Estados-nação europeus estabeleceram suas soberanias na Região das Guianas, incorporam em seu universo cosmológico, os eventos decorrentes da imposição histórica dos limites nacionais sobre o território tradicionalmente herdados dos seus antepassados.

Estudos sobre como os povos indígenas interagem com o território e com a edificação das fronteiras e limites, como ocorre na Região das Guianas, além de abrir

pauta relevante sobre a vida em mais de um contexto nacional, constitui-se ainda em elemento importante para as abordagens em situação comparativa, visto que através dessa visão é que se torna possível analisar a capilaridade em que essas relações se desenvolvem.

Trata-se, portanto, de um cenário de interações que faz da região o lugar do continente sul-americano em que uma mesma etnia indígena vive em seu nível e ao mesmo tempo ao nível das sociedades que os envolve. Nesse decurso, os diferentes grupos – cada um ao seu tempo - são invadidos pelos valores ancorados em cada par de fronteira por onde transitam e assim, fazem da nova realidade encontrada no outro lado, o ambiente ideal para pôr em prática a capacidade de se interconectar e se interrelacionar com outras formas de vida que não os converte a nenhuma nacionalidade, nem tampouco consegue anular sua cultura e o uso de suas línguas tradicionais.

Considerações Finais

As (re)configurações colocadas sobre a vida e as terras de pertencimento indígena na Região das Guianas, inaugurou o tempo em que a população autóctone se aproximou

de uma variedade de contrastivos e como consequência passou a interagir com formas contraditórias de usar o território.

Na direção de trazer resposta a interrogação que este estudo propõe, se pode inferir que como efeito direto do reordenamento territorial que os países limítrofes lançaram sobre o cotidiano indígena na região estudada, a vida em áreas limitadas e controladas, o uso das línguas oficiais em detrimento das maternas, a diversificação dos modos de consumo e produção, são os resultados mais palpáveis das incongruências que atingiram a etnicidade nativa.

Nesse decurso é possível constatar a ocorrência de um importante espraiamento multidimensional que motivou muitos grupos indígenas a suplantar as fronteiras e por tal ação, os fez arrastar sua forma de viver, falar, usar a terra e construir moradias, para pontos diferenciados do território.

Essa condição obrigou os diferentes povos a lidar com políticas indigenistas desiguais e por serem provenientes de ações que ignoram as especificidades autóctones, fez do território de pertencimento um nó de rupturas e contradições.

Além do mais, os mecanismos de controle das fronteiras, colocados sob a pauta de ações advindas de uma agenda de

Cooperação Transfronteiriça, fez com que a circulação da população autóctone agora tenda a ser impactada por práticas que estão fora do seu modo de viver e se interrelacionar com o território, sobretudo as relacionadas a passagem de um ponto a outro do território que, por enfrentar a forte fiscalização, passou a ser realizada sob a adoção de outras estratégias de superação territorial, que por si só constitui-se em fator inibidor da mobilidade.

Mesmo assim, as imposições edificadas sobre a presença indígena em território de fronteira, não conseguiu converter as populações, que cada vez mais se aproximaram das territorialidades nacionalistas, a uma pátria ou a outra, sobretudo porque o pensamento que norteia esse estudo entende que para onde quer que o indígena se desloque, ele carrega consigo toda a carga cultural que o diferencia em qualquer lugar que venha habitar.

Não se pode negar que muitos dos traços que compõem a etnicidade dos povos são fortemente impactados e assim, constitui-se no fator que age para (re)elaborar o identitário indígena, especialmente nas situações em que as comunidades são obrigadas a (re)produzir muitos dos aspectos com os quais passa a interagir.

Não obstante, a interação autóctone com o cenário transfronteiriço e as incongruências advindas da (re)configuração do território, não separa os grupos da sua indianidade e assim, constitui-se no fenômeno que faz da Região das Guianas o lugar do continente sul-americano onde a capilaridade étnica constrói um verdadeiro mosaico de povos, línguas, modos de viver e usar o território não vistos em outra parte.

Em última instância esse dado imprime a região estudada uma dupla condição. De um lado a visão de um lugar entrecortado por muitas fronteiras e, de outro, o local de passagens constituído por pontes de conexão, por onde os grupos indígenas, particularmente motivados pela sua capacidade de se deslocar, são impelidos a construir um cenário onde o étnico e o nacional se imbricam, sem haver absorção de uma condição a outra.

Referências

BAINES, Stephen G. Os Índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados Nacionais na fronteira Brasil-Guiana. Série antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia

- Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília, 2003.
- BRANA-SHUTE, Gary. Security issues and indigenous groups in the Guianas: Guyana, Suriname, and French Guiana, *Small Wars & Insurgencies*, 1996.
- BULKAN, Janette. *The Struggle for Recognition of the Indigenous Voice: Amerindians in Guyanese Politics*, 2013.
- CAPIBERIBE, Artionka. *Batismo de fogo: os Palikur e o cristianismo*. São Paulo: Annablume/FAPESP/NUTI, 2007.
- _____. *Nas duas margens do rio: alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana francesa*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 2009.
- CRESSWELL, Tim. *On the move: mobility in the modern western world*. Routledge is an imprint of the Taylor & Francis Group, an informa business. New York, 2006.
- DAVY, Damien. *Vannerie et Vanniers: approche ethnologique d'une activité artisanale*. Thèse de Doctorat, Université d'Orléans, 2007. 526 p.
- _____. *Comercialización de artesanía indígena y noción de tradición en Guayana Francesa: hacia una nueva terminología*. In: *Revista Mundo Amazônico*. N.2, Bogotá, 2011, p. 43-66.
- _____; FILOCHE Geoffroy. (Coords.). *Zones de Droits d'Usage Collectifs, concessions, cessions en Guyane française: bilan et perspectives 25 ans après, rapport d'étude coordonné par l'OHM Oyapock*, Cayenne, 2014, 166 p. Plus annexe e Atlas Cartographique.
- ERIKSEN, Love. *Natureza e Cultura na Amazônia Pré-Histórica: Usando G.I.S. reconstruir processos etnogenéticos antigos da arqueologia, linguística, geografia e etnohistória*. Divisão de Ecologia Humana, Universidade de Lund., 2011.
- FILOCHE, Geoffroy; JULLIAN, Benoît; VERGER, Gaele; DAVY, Damien; ARMANVILLE, Françoise; GUIGNIER, Armelle. *Atlas Cartographique des Zones de Droits D'Usage Collectives: Concessions et cessions collectives em Guyane Française*. Atelier Cartographique de l'ONF. Observatoire Hommes/Milieus Oyapock – CNRS, 2014.

- GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). Redes de relações nas Guianas. São Paulo, FAPESP, Ed. Humanitas, 2005.
- _____; GRUPIONI, Denise Fajardo. Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? 2. Ed. Rio de Janeiro: Iepé; Iphan/MinC, 2003.
- GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: Desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. In: **Revista francesa Outre-Mers**, Paris, 2º Semestre. Guiana Francesa, 2011, p. 372-373.
- GRENAND, Pierre; GRENAND, Françoise. La côte d'Amapa, de la bouche de l'Amazonie à la baie de l'Oyapock, à travessia da tradição oral Palikur. In: Boletim do MPEG, Antropologia, N.3, 1987, p. 1-77.
- _____. Les Amérindiens, des peuples pour la Guyane de demain, ORSTOM, Cayenne, 1990.
- _____. A ocupação ameríndia: etnoarqueologia, etnohistória. In: Mazière M. (ed.) Arqueologia na Guiana Francesa. Cayenne: APPAAG, 1997, 57-71.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Território, Poesia e Identidade. In: HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____; MONDARDO, Marcos. Leandro. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. GEOgraphia (UFF), V. 12, 2010, p. 19-50.
- IWIGIA, International Work Group for Indigenous Affairs. The Indigenous World. Copenhagen, Denmark: Compilation and editing: Caecilie Mikkelsen, 2015.
- _____. The Indigenous World. Copenhagen, Denmark: Compilation and editing: Caecilie Mikkelsen, 2019.
- LÓPEZ PALOMINO, Cristabell; TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. Migração e mobilidade indígena transfronteiriça em perspectiva comparada: Do Alto Solimões ao Oiapoque. Periplos: Revista de pesquisa sobre migrações, v. 2, p. 112-139, 2019.

- MARIN, Rosa Acevedo. Entre a fronteira Venezuela/Brasil, os territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais. *Cienc. Cult.* V. 65, Nº 1. São Paulo, 2013.
- PALMAR, E. Pérez. Velhos espaços e novos tempos: um olhar geográfico sobre o passado e o presente da população indígena da Venezuela. Caso: Arco de mineração Orinoco. *Terra Nueva Etapa*, vol. XXXIV, no. 55, pp. 43-73, 2018.
- PAUL-GUERS, Cendrine. O rio Oyapoque: Povos Indígenas e fronteiras. In: *Revista Mosaico*, V. 1, N. 2, jul./dez., 2008, p. 169-177.
- QUEIXALÓS, Francesc; RENAULT-LESCURE, Odile. As línguas amazônicas hoje. Instituto Socioambiental, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. In: Coleção 1.0 de mapas anuais de cobertura e uso da terra de 2000 a 2017 da Pan-Amazônia, 2017. Disponível em: << <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/publicacion/amazonia-2017areas-protegidas-y-territorios-indigenas/> >>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.
- RICHARDE PRICE. Quilombolas e direitos humanos no Suriname. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 203-241, maio 1999. Disponível em: << <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100009> >>. Acessado em: 05/10/2021.
- RITA RAMOS, Alcida. O paraíso ameaçado: sabedoria Yanomami versus insensatez predatória. *Antípoda* nº7 julio-diciembre de 2008 páginas 101-117.
- RIVIÈRE, Peter. Individual and society in Guiana: a comparative study of amerindian social organization. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SEPI - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas/GEA-AP, 2018. Disponível em: << <http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961> >>. Acesso em: 10 de março de 2019.
- SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. In: *Serv. Soc.*

- Soc., N. 133. São Paulo, set./dez. 2018, p. 480-500.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. *A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.
- _____. Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o Caribe. In: RÜCKERT, A.A.; SILVA, A.C.P. da; SILVA, Gutemberg de Vilhena (Orgs.). *Geografia política, geopolítica e gestão do território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 197-217.
- _____. Expressões cartográficas da região das Guianas. *GEOUSP: espaço e tempo*. V. 25, n. 2, 2021. e-175029, 2021, ISSN 2179-0892.
- _____. Granger, Stéphane. The Territorial Formation of the Guianas Region. *Revista Ra'e Ga Espaço Geográfico em Análise* (2021).
- _____. Expressões cartográficas da região das Guianas. *GEOUSP: espaço e tempo*. V. 25, n. 2, 2021. e-175029, 2021, ISSN 2179-0892.
- _____. Granger, Stéphane; LE TOURNEAU, François-Michel. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). *Mercator, Fortaleza*, v. 18, e18018, 2019. 160 ISSN:1984-2201. Disponível em: <<
<https://doi.org/10.4215/rm2019.e18018> >>. Acesso em: 10 de julho de 2020.
- SILVA, Cristhian Teófilo da; PALOMINO, Cristabell López. Povos indígenas em áreas de fronteira internacional do Brasil: Enquadrando a problemática social da presença indígena entre fronteiras. *PÉRIPILOS - GT CLACSO. Fronteiras internacionais e migração indígena na América do Sul*. Vol. 2 N° 2, 2018.
- VAN VELTHEM, Lucia Hussak. Longas viagens: canoas e intercâmbios nas Guianas. *Museu Paraense Emílio Goeldi – MCTIC, Belém, Pará, Brasil. Revista Hawò*. 2020, v.1.